

Cara leitora, caro leitor,

A apresentação desta 112ª edição da Revista Jurídica da Presidência vem acompanhada de uma importante notícia: a Comissão Qualis – composta por professores designados pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes/MEC) –, ao avaliar recentemente esta revista, a reclassificou para o extrato A2, junto com grandes periódicos acadêmicos brasileiros. Em breve, esse resultado estará divulgado na Plataforma Sucupira e no Sistema WebQualis, mantidos pela Capes, motivo de comemoração por todos que participam da elaboração da Revista, além de prova incontestante do mérito da equipe de autores, dirigentes e técnicos, elevando-se o compromisso pela qualidade sempre crescente.

Neste número, temos como autor convidado o Professor Doutor Fábio Ulhoa Coelho, professor titular de Direito Comercial na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. O artigo “O Projeto de Código Comercial e a proteção jurídica do investimento privado” trata de tema bastante atual. Em síntese, o autor aborda a questão da fragilidade jurídica na proteção de investimento privado no Brasil, apresentando como estratégia de aumento dessa segurança um novo Código Comercial, como importante instrumento para fortalecer o simbolismo associado à noção de Código.

Em seguida, Carlos Alexandre Corrêa Leite, Yanko Marcius de Alencar Xavier e Fabrício Germano Alves apresentam o artigo “Código de Defesa do Consumidor aplicado aos fundos de investimento: deveres e responsabilidade do administrador”, que propõe uma interessante reflexão sobre a possibilidade da incidência das normas de defesa do consumidor na relação entre o quotista e o administrador de fundos de investimento, traçando os contornos dos deveres e da responsabilidade do administrador do fundo de investimento perante o quotista.

No texto “Análise Econômica do Direito, políticas públicas e consequências”, Germano Bezerra Cardoso elucida tanto os benefícios da aplicação do método proposto pela vertente Análise Econômica do Direito ao descrever e compreender as normas jurídicas e as políticas públicas – conferindo, assim, maior racionalidade à prática forense – quanto as possíveis limitações que seriam impostas à análise jurídica caso fosse restringida a um viés estritamente econômico, sobretudo quando se tratar de políticas públicas, que envolvem discussões morais a respeito da redistribuição de recursos escassos.

No artigo “Licença compulsória e a parceria de desenvolvimento produtivo: assegurando o direito à saúde no Brasil”, Leonardo da Silva Sant’Anna, Carolina Schabbach Oliveira e Aldo Pacheco Ferreira Santos Costa, por sua vez, exploram o tema do instituto da Licença Compulsória de patentes e o da Parceria de Desenvolvimento Produtivo, focado na Política Nacional de Medicamentos. Destaca o marco legal associado à execução dessa Política, demonstrando que esses institutos são essenciais à manutenção do equilíbrio entre o direito ao acesso ao medicamento e do direito de exploração da patente.

Já Melissa Volpato Curi, analisa a construção ideológica do pensamento ocidental a respeito dos indígenas e de seus direitos, baseados no respeito à alteridade destes, com influência nas teorias antropológicas evolucionistas e pela proposta de controle territorial para a formação do Estado nacional. Contextualiza que o respeito à diversidade cultural assegurada pela atual Constituição Federal depende de um reconhecimento por parte do Estado de que cada sociedade possui a sua forma própria de organização social e de instituição de regras. Apresenta pesquisa baseada em referências bibliográficas, evidenciando valores etnocêntricos instituídos ao longo da história, no texto “Direito dos povos indígenas: das teorias antropológicas evolucionistas à formação do Estado-Nação”.

A presente edição ainda abre espaço para o debate envolvendo o tema “Cotas raciais para ingresso no ensino superior: a missão da universidade na transformação cultural”, em que os autores Joseliane Sonagli e Hugo Jesus Soares, discorrem sobre diferentes linhas doutrinárias com o objetivo de defender a legitimidade do programa, a partir da missão da universidade em promover a integração e transformação cultural, contraponto os argumentos críticos à luz do princípio da proporcionalidade.

As autoras Josiane Rose Petry Veronese e Danielle Maria Espezim dos Santos trazem um panorama sobre a responsabilização dos adolescentes diante da prática de atos antissociais no Brasil, afirmando a existência de corrente doutrinária de direito penal juvenil no Brasil, inviabilizando a prática pedagógica de apuração do ato infracional e das medidas socioeducativas no tema “Responsabilização estatutária e os avanços do penalismo”.

Por fim, o texto sobre “Direitos consulares do preso estrangeiro: confronto ou paralelismo da jurisprudência internacional e brasileira?”, escrito por Gustavo Ferreira Ribeiro e Jeison Batista de Almeida, em que apresentam um estudo balizado das normas sobre a assistência consular do preso estrangeiro, frente a Convenção de Viena sobre relações consulares, no âmbito das cortes superiores brasileiras, delineando a existência de confronto ou paralelismo entre as interpretações nacionais e internacionais.

A publicação da edição 112<sup>a</sup> é, mais uma vez, resultado da colaboração e dedicação de nossas parceiras e parceiros: pareceristas *ad hoc* – professoras e professores vinculados às instituições de ensino superior com as quais mantemos acordos de cooperação técnica – e membros do Conselho Editorial, bem como a equipe da Subchefia para Assuntos Jurídicos da Casa Civil da Presidência da República, aos quais expressamos nossos agradecimentos. Às autoras e aos autores desta edição, agradecemos e reconhecemos a importância das produções para ampliar, aprofundar e distribuir o conhecimento de temas jurídicos relevantes.

Ótima leitura!